

A C Ó R D ã O Nº 8.802

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.814.2011-60-TCE (C/ 01 Anexo e Processo nº 14.626.2011-50-TCE - Apenso)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Senador Guimard, exercício de 2010.
RESPONSÁVEL: Senhor **James Pereira da Silva**
RELATOR: Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Falta de comprovação do saldo financeiro que se transfere para o exercício. Condenação. Devolução. Aplicação de multa ao gestor, prevista no art. 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/93. Aplicação de multa ao gestor, prevista no art. 89, incisos II e III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o gestor, Sr. **James Pereira da Silva**, **à devolução** aos cofres municipais, na forma do *caput* do art. 54 da Lei Complementar Estadual nº 38/93, da importância de **R\$ 1.194,25** (um mil, cento e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos), devidamente atualizada, por ser responsável, como ordenador, pela falta de comprovação do saldo financeiro que se transfere para o exercício; e **2) aplicar multa**, prevista no art. 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, ao Sr. **James Pereira da Silva**, no valor de **R\$ 119,42** (cento e dezenove reais e quarenta e dois centavos), equivalente a **10%** (dez por cento) da devolução pela falta de comprovação do saldo financeiro; **3) aplicar multa**, prevista no art. 89, incisos II e III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, ao Sr. **James Pereira da Silva**, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais). Após as formalidades de estilo, pelo **encaminhamento** de cópia dos autos à Augusta Câmara Municipal de Senador Guimard para seu julgamento de acordo com o disposto no art. 23 da Constituição Estadual de 1989. **Divergiram** as Conselheiras Dulcinéia Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos que votaram: 1) pela irregularidade das contas em razão, também: a) da concessão de diárias sem demonstração de sua legalidade; e b) do repasse ao Poder Legislativo em desacordo com o previsto no artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal; 2) pela emissão de acórdão também notificando o então Gestor acerca das ressalvas a seguir destacadas: a) realização de empenhos em nome de pessoa jurídica, especificamente, da própria Prefeitura Municipal, b) *deficit* orçamentário; c) inconsistências nos Balanços Financeiro e Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais e nos Demonstrativos das Dívidas Flutuante e Fundada, e d) ausência do inventário atualizado dos bens móveis e imóveis; 3) pela fixação de multa, prevista no artigo 89, inciso II, da LCE n. 89/93 combinado com o artigo 139, incisos II e III, da Resolução-TCE n. 30/96, no valor equivalente a R\$ 14.280,00 (catorze mil, duzentos e oitenta reais), em razão das irregularidades e ressalvas descritas nas alíneas “a” e “b”, respectivamente, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e

(A C Ó R D ã O Nº 8.802 – FL. 02)

proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no prazo de 30 (trinta) dias; 4) pela abertura de tomada de contas especial, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, para apurar a legalidade das diárias concedidas e esclarecer os valores que constam empenhados em nome da Prefeitura Municipal de Senador Guiomard, no montante de R\$ 11.836.871,31 (onze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e um centavos).....

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre
Rio Branco – Acre, 10 de abril de 2014**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE

Conselheiro **RONALDO POLANCO RIBEIRO**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC